

Bryan Ward-Perkins, The Fall of Rome and the End of Civilization, Oxford University Press, 2005, 239 páginas.

A ideia de que até as mais sofisticadas civilizações podem morrer devido à acção de imigrantes agressivos e a óbvia relação que essa ideia tem com angústias que perpassam pelo nosso mundo ocidental explicam o interesse alargado que o livro de Ward-Perkins sobre a queda de Roma tem suscitado. Escrita em estilo directo, claro e elegante, por vezes irónico, a obra divide-se em duas partes, que remetem, respectivamente, para a história e a arqueologia, áreas do conhecimento relacionadas mas diferentes.

Na segunda parte, de base arqueológica, o autor mostra, a partir dos vestígios da vida material romana e através de uma argumentação sólida e convincente, que houve, efectivamente, no Ocidente, um enorme colapso civilizacional a partir do século v. O estudo dos artefactos do período imediatamente posterior indicia, sem margem para dúvidas, que o mundo sofisticado e, apesar de tudo, relativamente equilibrado no qual o camponês tinha acesso a bens de consumo soçobrava. Os artigos de excelente qualidade, produzidos em larga escala e muito difundidos tanto no espaço como ao longo dos diferentes estratos sociais, foram substituídos por outros de fraca qualidade ou desapareceram pura e simplesmente de circulação, só reaparecen-

do oitocentos ou mais anos depois. De forma similar, as muito elaboradas técnicas de olaria, de metalurgia ou de construção deram lugar a tecnologias frustradas e à utilização de materiais perecíveis. A cunhagem de nova moeda tornou-se rara e a produtividade agrícola de muitas terras caiu, abrindo a porta à penúria e à correspondente queda demográfica. Um mundo onde a escrita era comum e de aplicação diversificada foi substituído por outro onde era apenas apêndice de alguns e essencialmente destinada a textos sagrados, documentos formais ou cartas trocadas entre os mais altos estratos da sociedade. Aqui e além, na Península Ibérica ou em Itália, subsistiram por mais algum tempo pequenas ilhas de sofisticação, mas, no âmbito geral, a arqueologia revela que, enquanto a parte oriental do império viveu uma era de franca prosperidade, no Ocidente o século v marcou o fim da complexidade e do bem-estar que associamos a altos níveis civilizacionais. Não se tratou de uma simples recessão ou de uma redução de escala, mas de uma mudança qualitativa, que levou ao completo desaparecimento de indústrias e de redes comerciais. Ward-Perkins considera mesmo que em certas áreas — como na actual Inglaterra, por exemplo — terá havido um retorno à Idade do Ferro (p. 118).

A arqueologia não nos diz exactamente porquê, mas é difícil não reparar que essa queda coincidiu com o desaparecimento da parte ocidental do Império Romano e com a fixação de reinos bárbaros no que fora até

então o seu território. Surpreendentemente, e segundo Ward-Perkins, essa correlação óbvia tem vindo a ser obscurecida porque a historiografia recente tem procurado banir ou adoçar a ideia de catástrofe, que tradicionalmente associamos ao fim do Império Romano do Ocidente. Alguns historiadores terão deixado de pôr a tónica na clivagem que separaria a queda de Roma das *dark ages* que se lhe seguiram, preferindo falar de uma Antiguidade tardia, que abarcaria os anos de 200 a 800 e cujo elemento distintivo já não estaria na dissolução e morte de metade do Império Romano, mas no vibrante debate cultural e religioso que então marcara a vida em redor do Mediterrâneo. No vocabulário desses historiadores, as palavras «transição» ou «transformação» (usadas em vez de «declínio» ou «crise») sugerem que Roma permaneceu viva, ainda que gradualmente metamorfoseada em coisas diferentes mas não necessariamente inferiores. Simultaneamente, e de forma convergente, esses ou outros historiadores têm contestado a ideia de que a dissolução do Império Romano do Ocidente tivesse sido causada pelos bárbaros. Em lugar de «invasão» ou «conquista» preferem usar a palavra «acomodação» para explicar como os povos exteriores ao império passaram a viver no seu interior e a governá-lo. Como Walter Goffart, um desses historiadores, afirmou, «the fifth century was less momentous for invasions than for the incorporation of barbarian protectors into the fabric of the West [...] What

we call the fall of the Western Roman Empire was an imaginative experiment that got a little out of hand» (p. 9). E a ideia de acomodação relativamente pacífica foi ganhando adeptos, ao ponto de se tornar uma moda intelectual.

Ora são justamente estas duas modas recentes que, na primeira parte do seu livro, Ward-Perkins critica, ao mesmo tempo que explica, em termos já não arqueológicos mas históricos, as razões que levaram ao colapso de Roma. Infelizmente, tanto a crítica como a explicação acabam por ficar num nível algo superficial e estão longe de serem tão convincentes quanto a argumentação de raiz arqueológica. Vejamos porquê:

Em três capítulos sugestivamente intitulados «The horrors of war», «The road to defeat» e «Living under the new masters», o autor descreve a chegada de godos, vândalos e outros bárbaros ao Ocidente e procura mostrar que essa chegada foi intrusiva, marcada por décadas de brutalidade e muito onerosa para os romanos desapossados dos seus bens ou da própria vida: «The impression given by some recent historians that most Roman territory was formally ceded to them as part of treaty arrangements is quite simply wrong» (p. 13). Para provar a falsidade desta tese, Ward-Perkins mostra que os territórios em que os bárbaros se fixaram ultrapassaram largamente, e graças a métodos violentos, aqueles que os romanos lhes haviam inicialmente cedido. Mas esta é uma afirmação demasiado categórica para caracteri-

zar situações muito diversificadas. Em vários casos a apropriação de novos territórios foi feita ao serviço da autoridade imperial e de acordo com as circunstâncias, quer para colmatar um vazio de poder, quer para lutar contra outros bárbaros. O autor não refere que em vários desses casos os líderes bárbaros detinham cargos na hierarquia romana e actuavam formalmente como representantes do poder central. Ou seja, o que está subjacente às suas afirmações — e que condiciona inevitavelmente a avaliação que decidimos fazer sobre a realidade: «acomodação» ou «rapina»? — é uma disparidade de perspectivas no seio do império. Num mundo onde as usurpações e revoltas eram comuns, os interesses do poder central e das províncias — como a Gália, por exemplo — eram manifestamente divergentes: na óptica de Roma, a fixação dos bárbaros podia ser um instrumento para reganhar o controlo sobre regiões em secensão; na óptica dessas regiões, a chegada dos bárbaros era naturalmente vista de forma diferente. O que significa que qualquer das duas interpretações é verdadeira: a chegada dos bárbaros foi invasiva e disruptiva, mas também foi uma experiência romana que «got a little out of hand», como pretende Goffart. Se quiséssemos sintetizar tudo numa única fórmula, talvez fosse adequado dizer que o fim do Império Romano do Ocidente foi um suicídio assistido. Esse aspecto não está muito claro nas páginas iniciais de Ward-Perkind — não nos é dito, por exemplo, que o aconteci-

mento que marcou o início das invasões, a entrada dos visigodos em 376, foi uma migração pacífica e autorizada pelos romanos —, se bem que o autor venha a reconhecê-lo mais adiante (pp. 54 e segs.)

Tal como reconhece também — e acertadamente — que os grandes grupos de invasores germânicos tinham algumas dezenas de milhares de combatentes, enquanto regiões como a Itália, por exemplo, eram povoadas por vários milhões de pessoas. Como justificar então que os bárbaros tivessem submergido um campo tão ricamente adubado de almas, fazendo cair o império? A resposta estaria nas circunstâncias económicas, que impediam o recrutamento de exércitos profissionais suficientemente grandes para que os romanos arriscassem uma batalha em campo aberto. Como os gastos militares constituíam o grosso da despesa do Estado e como não havia outros departamentos (como a saúde ou a educação) dos quais pudessem retirar-se fundos para reforçar a defesa nem mecanismos de crédito que pudessem emprestar quantidades substanciais de dinheiro para financiar a guerra, «military capability relied on immediate access to taxable wealth» (p. 41). Uma vez que as invasões de inícios do século v devastaram largas áreas do Ocidente, «the tax base of the Western Empire was very seriously diminished at the precise moment that extra funds were urgently required» (p. 42). Ou seja, ainda que os povos germânicos não tivessem essa intenção, as suas inva-

sões foram a principal causa da morte da economia desenvolvida e da conseqüente fragilidade militar romana.

Uma interpretação tão linear suscita algumas objecções. Sublinho, em primeiro lugar, a fragilidade do argumento financeiro. A inexistência de reservas ou de mecanismos de crédito que pudessem subsidiar a defesa não impediria, por si só, que se tivessem afrontado os invasores de uma forma mais decidida, pois existiam outros meios disponíveis. Recorde-se que no século II, por exemplo, Marco Aurélio vendeu as jóias imperiais para financiar as guerras no Danúbio. Por outro lado, havia um número elevado de escravos que podia ser incorporado nos exércitos. Ward-Perkins afirma que o armamento de escravos — que acabaria por ser feito, em certos casos — não constituía uma solução adequada e imediata, já que demorava muito tempo a converter «a *disarmed and demilitarized population into an effective fighting force*» (p. 48). Mas não é seguro que assim fosse. No período afluente das guerras com Aníbal, Roma recorreu à incorporação de escravos nos exércitos e a experiência posterior de muitas regiões coloniais que incorporaram escravos nos seus exércitos revela que a adaptação era relativamente rápida. Ou seja, no século V Roma teria podido remilitarizar uma parte importante da sociedade se tivesse havido vontade de combater. Acrescente-se que, ao mesmo tempo que diziam não ter dinheiro para pagar aos soldados, as autoridades romanas dis-

punham-se a despender enormes quantias em tributos pagos às chefias bárbaras — o que, aliás, numa passagem subsequente do livro, o próprio autor reconhece (p. 59).

Em segundo lugar, Ward-Perkins sugere que antes das invasões do século V o Império Romano era um oásis de paz — fala em «*relatively benign conditions of the fourth-century*» (p. 42) —, deixando, ao mesmo tempo, implícito que o nível de ameaça e de destruição trazido pela entrada e fixação dos povos germânicos era inédito. Mas seria assim? Mesmo sem levarmos em linha de conta a destruição causada pelas frequentes guerras internas — era comum que os exércitos vitoriosos saqueassem as cidades que tinham tido a infeliz ideia de apoiarem o partido rival —, importa recordar que o império enfrentava o problema dos bárbaros germânicos há vários séculos e que esteve por diversas vezes à beira do colapso militar, sobretudo na segunda metade do século III, altura em que, a par das guerras contra a Pérsia, as fronteiras do Reno e do Danúbio foram assiduamente perfuradas pelos bárbaros do Norte. Tratou-se, sobretudo, de repetidas incursões de pilhagem, por vezes de grande amplitude, desencadeadas por terra e por mar, e que arruinaram ou abalaram fortemente a economia de boa parte das províncias romanas. Mas houve também verdadeiras migrações de povos, como sucedeu em 267, quando os godos, em busca de terras, invadiram a Península Balcânica com um

exército de 100 000 homens, acompanhado pelas respectivas famílias, carros e haveres. No século III, muitas cidades importantes — Atenas, por exemplo — foram tomadas e saqueadas e a própria Roma esteve por duas vezes directamente ameaçada pelas incursões dos alamanos em Itália. Nesse período, as legiões romanas sofreram enormes derrotas e pela primeira vez um imperador morreu em combate com os bárbaros. No rescaldo de várias décadas de agressão, Roma viu-se obrigada a abandonar definitivamente alguns territórios — como a actual Roménia, por exemplo — e para colmatar as baixas demográficas, reconstruir as cidades e restaurar a ordem milhares de bárbaros vencidos foram trazidos para o império na qualidade de militares ou camponeses. Assim se iniciou a barbarização do mundo romano, em particular nas províncias ocidentais, como a Gália, barbarização essa que prosseguiu no século IV. E se, no exército, a romanização dos recém-chegados foi de certa forma conseguida, nos campos os bárbaros integraram-se mal ou nem sequer se integraram, mantendo os seus chefes, dialectos, costumes e hábitos tribais, o que acelerou a fragmentação da unidade do Estado centralizado e a proliferação de forças autonomistas¹.

¹ Para todos estes aspectos, v. Emilienne Demougeot, *La formation de l'Europe et les invasions barbares. Des origines germaniques à l'avènement de Dioclétien*, Paris, Aubier, 1969, pp. 391-552 e segs.

Ward-Perkins não ignora os acontecimentos do século III. Numa brevíssima referência ao assunto reconhece que o império só não soçobrou nessa ocasião porque «[it] was pulled together again by a series of tough military emperors; but it was a very close-run thing» (p. 34). Ora, se o nível de agressão bárbara não era propriamente uma novidade, o leitor poderá perguntar por que razão no século III foi possível compor as coisas e o mesmo já não foi possível cento e cinquenta anos depois (a não ser parcialmente, pois a parte oriental do império sobreviveu). E, mesmo que admitíssemos que, em valor absoluto, a violência bárbara no século V tenha sido superior à verificada no século III, ainda assim subsistiria uma dificuldade: por que razão, no século V, o Ocidente caiu e o Oriente não, quando se sabe que as invasões começaram precisamente na parte oriental, com a entrada dos godos, e aí prosseguiram com o grande desastre de Andrinopla e décadas de sucessivas incursões e pilhagens?

Para Ward-Perkins trata-se, essencialmente, de uma questão de sorte. Como explica, «bad luck, or bad judgement, played a very important part in what actually happened [...] A few successes could have begun an improvement in imperial fortunes, as they had done in the second half of the third century» (p. 57). É certo que, fiel à sua explicação de raiz económica, o autor também sublinha que as províncias orientais não foram tão extensamente pilhadas como as ocidentais. Mas a razão que justi-

ficaria essa diferença remeteria novamente para o factor sorte, desta vez uma sorte de natureza geográfica: «The decisive factor that weighed in favour of the East was not the greater power of its armies [...] but a single chance of geography — a thin band of sea that separates Asia from Europe» (p. 59). Ainda que os bárbaros tivessem repetidamente pilhado a península balcânica até ao Peloponeso, o mar da Mármara (delimitado pelos estreitos do Bósforo e dos Dardanelos) e a marinha romana constituíam obstáculos insuperáveis e impediram a sua passagem para a Ásia, assim protegendo «the largest part of the Eastern Empire's tax base» (p. 60). Em suma, «geography, with a little human help, saved it» (p. 62). Acresce que a boa sorte também permitiu que a paz persistisse na fronteira da Mesopotâmia, pois os persas «often had their own serious problems elsewhere» (p. 61). Assim, os diferentes destinos de Ocidente e do Oriente teriam sido determinados pela sorte, pelas grandes fortificações construídas para proteger Constantinopla e pelo pequeno mar da Mármara, que separa a Ásia da Europa.

Não é minha intenção negar a importância da acidentalidade, da engenharia militar ou da geografia física na história humana. Devo, ainda assim, sublinhar que, neste contexto, se trata de uma linha explicativa fraca que não resolve a contento os problemas colocados e cuja coerência parece contestável. Recordo que o mar e a potência da marinha romana, que, na opinião de Ward-Perkins,

terão salvo a parte oriental do império, já não foram capazes, no Ocidente, de impedir a passagem dos vândalos para África (ainda que o estreito de Gibraltar seja mais largo do que o mar da Mármara e que a esquadra romana, no dizer do próprio autor, dominasse o Mediterrâneo); sublinho que no século III os godos, hérulos e outros bárbaros pilharam as costas da actual Turquia, passando várias vezes pelo mar da Mármara apesar da oposição da marinha romana; e, num sentido mais geral — que não é despropositado, porque o que ocorreu no Império Romano sucedeu igualmente na China, várias vezes trucidada e conquistada pelos bárbaros do Norte —, lembro que a Grande Muralha nunca impediu a passagem dos nómadas da estepe para o coração do império chinês².

Ao privilegiar a sorte, a geografia, as finanças militares, como principais vectores explicativos da queda de Roma, Ward-Perkins desvaloriza as mudanças verificadas no mundo romano entre os séculos III e V, mudanças que, essas sim, poderão explicar de uma forma mais profunda e razoável por que razão esse império não caiu no século III e por que motivo, no século V, o Ocidente soçobrou enquanto o Oriente se manteve. Penso, nomeadamente, em mudanças como a fundação de uma segunda Roma em Constantinopla (com a

² V., a este respeito, Thomas J. Barfield, *The Perilous Frontier. Nomadic Empires and China*, Cambridge (Mas.), Basil Blackwell, 1989.

correspondente deslocação do centro de gravidade para leste) ou na completa inversão da política romana a respeito do cristianismo (e nos atritos sociais e ideológicos que essa opção acarretou), aspectos que estão apenas vagamente referidos no livro. E o que se verifica a respeito de mudanças no interior do império vale igualmente para o que ocorreu no exterior. O caso dos hunos é paradigmático. Vindos das profundezas da estepe, portadores de técnicas e táticas de combate largamente desconhecidas entre os povos germânicos, os hunos foram, entre 375 e 453 — ano da morte de Átila —, um elemento central desta história, o primeiro motor e o grande condicionador da movimentação bárbara (inclusive da sua movimentação no interior do império). Não obstante, Ward-Perkins não se lhes refere senão *en passant*. Esse desinteresse está, aliás, espelhado na bibliografia, onde não se encontra nenhuma das grandes obras sobre o tema³. Refira-se, a propósito, que, se alguma característica houve na geografia do Império do Oriente que possa ter contribuído decisivamente para a sua sobrevivência face aos ataques bárbaros, não terá sido tanto o mar da Marmara, mas a pobreza das pastagens do Próximo Oriente. A superioridade militar dos hunos decorria de uma cavalaria altamente móvel e de-

pendia da existência de extensas pastagens capazes de manterem um número elevadíssimo de cavalos — por vezes, 15 cavalos para 1 cavaleiro —, algo que não abundava no Próximo Oriente. Em 398, após uma incursão exploratória que avançou até ao Norte da Síria, os hunos terão optado por concentrar a sua futura acção mais perto das estepes russas, cuja ecologia lhes era favorável⁴.

Talvez por estar ciente da excessiva linearidade das interpretações que propõe, Ward-Perkins passa boa parte do livro a diluir algumas das suas afirmações mais fortes. Daí que, após ter insistido na ideia de que as invasões puseram fim ao império, sinta necessidade de sublinhar que a guerra civil e a agitação social também tiveram grande peso no sucedido. Assinala que entre 407 e 413 o imperador do Ocidente foi confrontado com uma mão-cheia de usurpadores e revoltas sociais e conclui acertadamente que «what the empire required during these years was a concerted and united effort against the Goths [...]. What it got instead were civil wars, which were often prioritized over the struggle with the barbarians» (p. 44). Pelo contrário, o Império do Oriente foi pouco perturbado por guerras civis «and this greater domestic stability was undoubtedly a very important factor in its survival. If the Eastern Empire

³ Em particular, o livro de Otto Maenchen-Helfen *The World of the Huns*, Berkeley, University of California Press, 1973.

⁴ Rudi Paul Lindner, «Nomadism, horses and huns», in *Past and Present*, 92, pp. 3-19

had faced internal distractions [...] similar to those that the West faced [...] it might well have gone under» (p. 46). O leitor pode, portanto, interrogar-se sobre qual terá sido o factor decisivo: as invasões ou a desagregação do império? O ovo ou a galinha?

Outro tanto se passa com a sua crítica inicial aos que defendem que a acomodação dos bárbaros terá sido relativamente pacífica. À medida que o livro avança e que Ward-Perkins analisa sucessivos episódios, vai-se revelando que um certo grau de acomodação era frequente: «Emperors and provincials could, and often did, come to agreements with the invaders [...] Indeed it is a striking but true fact, that emperors found it easier to make treaties with invading Germanic armies — who would be content with grants of money or land — than with rivals in civil wars» (p. 52). Por norma, nos novos reinos nascidos das invasões «those of Roman and those of Germanic descent lived peacefully side by side» (p. 76). Ward-Perkins dedica, aliás, grande parte do capítulo 4 («Living under new masters») a mostrar como se operou a coabitação e como, uma vez passada a violência inicial, muita da estrutura administrativa e cultural dos tempos imperiais «re-emerged and flourished» (p. 62). E usa extensamente o exemplo da Itália para ilustrar esse ponto: «Fortunately, the invaders entered the empire in groups that were small enough to leave plenty to share with the locals [...] and found

it most advantageous and profitable to work closely within the well-established and sophisticated structures of Roman life» (pp. 66-67). Os bárbaros — os ostrogodos, no caso — estavam até a reconstruir o império mas foram impedidos de o fazerem pelos exércitos de Justiniano, o imperador romano do Oriente. O destruidor final de Roma é, pois, Justiniano. Esta conclusão mostra que a dissolução das teses iniciais converte *The Fall of Rome* num livro autofágico e pode conduzir a interpretações perversas.

Para compreender essa autofagia há que ter em consideração que as principais teses de Ward-Perkins estão apontadas, não ao passado, mas ao presente, e querem atingir muitos alvos ao mesmo tempo, o que nem sempre é possível (ou coerente) e implica, por vezes, alguns exageros ou distorções. O autor afirma, por exemplo, que os romanos chamavam pura e simplesmente «bárbaros» aos invasores do Norte, enquanto nós preferimos chamar-lhes «povos germânicos» (p. 1), e deixa implícito que o fazemos para não ferirmos susceptibilidades actuais. Mas é uma afirmação falsa, pelo menos em parte. Na verdade, a palavra *Germani* foi introduzida pelo historiador Poseidonius no século I a. C. e vulgarizou-se depois através dos *Comentários* de Júlio César ou da obra de Tácito. De forma análoga, não é inteiramente verdade que as ideias de Antiguidade tardia e de introdução pacífica dos bárbaros, que Ward-Perkins tanto ataca, sejam um desen-

volvimento da historiografia recente. Em boa medida, o que se nos apresenta como novo é o velho debate entre aqueles que defendem a tese de que o império não estaria decadente, tendo a sua queda ficado a dever-se a agressões vindas do exterior — isto é, a um «assassínio» —, e os que consideram que esse império, minado por doenças internas incuráveis, morreria de qualquer modo, mesmo sem as invasões do século v⁵.

De qualquer forma, e independentemente da maior ou menor antiguidade desse debate, o que mais importa notar é a dificuldade sentida por Ward-Perkins em articulá-lo com o seu compreensível e louvável desejo de atacar certas modas ideológicas actuais.

O livro termina com uma advertência: «Romans before the fall were as certain as we are today that their world would continue for ever substantially unchanged. They were wrong. We would be wise not to repeat their complacency» (p. 183). Trata-se de uma advertência que sintetiza várias profecias que o autor foi deixando nas páginas anteriores, mas que permanece obscura e perigosamente ambígua, pois pode sugerir a existência de potenciais bárbaros que ameaçariam o nosso mundo. Se é essa a intenção, a mensagem deveria ser objectivada, em vez de ser deixada nas entrelinhas.

É sobretudo no último capítulo do livro que Ward-Perkins delinea melhor o seu ataque ao pensamento politicamente correcto e aos aproveitamentos ideológicos da história: sen-

do verdade que a sofisticada civilização ocidental colapsou na sequência de violentas invasões — pergunta —, então por que se têm propagado, nos tempos recentes, visões mais róseas desse passado tumultuoso? Porque — responde — isso serve um propósito político: «The European Union needs to forge a spirit of cooperation between the once warring nations of the Continent [...] In this new vision of the end of the ancient world, the Roman Empire is not assassinated by Germanic invaders; rather, Romans and Germans together carry forward much that was Roman, into a new Romano-Germanic world» (p. 174). Não duvido de que alguns historiadores recentes façam — como outros fizeram no passado — leituras ideológicas das grandes invasões, nem questiono o diagnóstico de Ward-Perkins, que me parece certo. O problema, contudo, é que o facto de a ideia de cooperação romano-germânica estar a ser impudicamente explorada para fins políticos não invalida que ela possa, no fundo, ser basicamente correcta em termos históricos. Nem invalida que a visão oposta, que prefere acentuar a violência inaudita do contacto entre romanos e bárbaros, possa ser, também ela, fortemente parcial e ideológica. Por outro lado, torna-se difícil conjugar o eventual aproveitamento político-ideológico de um hipotético «pacifismo» bárbaro com a outra vertente das modernas tendências da historiografia (que, como o autor acentuou, tende a apagar os povos e os actores em favor de for-

ças espirituais e religiosas). Não é o próprio Ward-Perkins quem nos diz que muitos trabalhos modernos ignoram os francos, os alamanos ou os visigodos, mas reservam espaço para demónios e anjos, heréticos e ascetas, céu e inferno (p. 172)? Ora, numa historiografia onde não há francos nem alamanos, como se promovem os interesses actuais do eixo franco-alemão?

The Fall of Rome é um livro que se lê com proveito e prazer. Mas será bom ter presente que, mais do que uma história da queda de Roma, constitui a apologia da perspectiva convencional sobre essa queda (e o consequente ataque a maneiras recentes e menos convencionais de a pensar). Apologia e ataque que são estimulantes, mas muitas vezes demasiado simples e directos para darem conta da confusão e complexidade que foi o século V.

JOÃO PEDRO MARQUES

C. Leccardi e E. Ruspini (eds.), **A New Youth? Young People, Generations and Family Life**, Ashgate, Aldershot, 2006.

Como referido no prefácio a esta compilação de ensaios, os desenvolvimentos teóricos no estudo da juventude têm ultrapassado frequentemente o ritmo da investigação empírica na mesma área, verificando-se uma relativa desatenção relati-

vamente à diversidade das experiências da juventude em favor de considerações sobre o impacto da pós-modernidade ou da individualização. À laia de compensação, os catorze importantes estudos reunidos no presente volume cobrem aspectos diversos da vida dos jovens, que vão desde as relações familiares intergeracionais até aos variados desafios enfrentados pelos jovens durante a transição para a idade adulta em diferentes contextos nacionais — maioritariamente europeus — e sociais.

O primeiro estudo, de Carmen Leccardi (Universidade de Milão-Bicocca), «Facing uncertainty: temporality and biographies in the new century», proporciona uma avaliação da transição dos jovens para a idade adulta. A autora estabelece um paralelo entre a perda de regularidade temporal no seio da sociedade pós-industrial com a ruptura da narrativa biográfica linear no curso de vida dos jovens, concluindo essencialmente que é hoje necessário mais tempo e engenho para que um jovem se torne adulto. Leccardi ilustra o impacto desta ruptura sobre a juventude italiana e os seus processos de planeamento de vida, descrevendo em pormenor os mecanismos pelos quais esses jovens lidam com a «subjectivização biográfica» e a perda de certezas. Os dados empíricos provêm de um estudo qualitativo longitudinal sobre as experiências temporais de jovens milaneses, as quais, como seria de esperar, variam no que toca à capacidade de traçar planos para uma vida futura; a tendên-